

ÁGORA  
ÁGORA

**TERRITORIALIDADE FEMININA: RESISTÊNCIA NA FAVELA DA ROCINHA, RIO DE JANEIRO**  
**WOMEN'S TERRITORIALITY: RESISTING IN THE FAVELA OF ROCINHA, RIO DE JANEIRO**  
FERNANDA SOBREIRO E CRUZ

Fernanda Sobreiro e Cruz é Arquiteta e Mestra em Arquitetura e Urbanismo. Estuda práticas urbanísticas, inclusão social e autonomia em favelas cariocas. sobreiro.fe@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/3149416389478511>

ARTIGO SUBMETIDO EM 15 DE AGOSTO DE 2022

Como citar esse texto: SOBREIRO, F. Territorialidade feminina: resistência na favela da Rocinha, Rio de Janeiro. **VIRUS**, n. 25, 2022. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/papers/v25/633/633pt.php>. Acesso em: dd mês. aaaa.

## Resumo

Este trabalho analisa a vida das mulheres moradoras da Favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, Brasil, discutindo as possibilidades de atuação e resistência diante dos processos cotidianos de opressão. O objeto de estudo é a territorialidade feminina: a influência da mulher que, apesar da violência e da ausência planejada do Estado, molda o território estigmatizado da favela e resiste à opressão que as moradoras da cidade informal enfrentam. O artigo analisa as ações femininas que reconfiguram o território da favela, através das práticas sociopolíticas de resistência e da participação comunitária na Favela da Rocinha. A metodologia adotada traz um pensamento contra a hegemonia cultural patriarcal, articulando conceitos da teoria feminista com a observação participante em reuniões de coletivo local e entrevistas com mulheres protagonistas na vida política e comunitária da Rocinha. Como resultado, esta pesquisa oferece contribuições a partir da perspectiva de gênero para a elaboração de estratégias de urbanização em favelas, que levem em consideração as questões das mulheres nesses territórios.

**Palavras-chave:** Urbanismo, Gênero, Teoria feminista, Participação comunitária, Práticas sociopolíticas de resistência

## 1 Introdução

O estudo da história e do urbanismo sob uma ótica feminina ganha cada vez mais relevância, dado que a presença da mulher na formação da cidade determina uma perspectiva particular no espaço urbano. Esta comunicação partiu de questionamentos sobre a construção da cidade contemporânea, com seu urbanismo ainda baseado em premissas patriarcais, e como essa revela as desigualdades de gênero. Se a mulher é sistematicamente excluída das instituições de poder, ignorada em decisões que lhe dizem respeito, além de ter o seu corpo-território (CRUZ HERNÁNDEZ, 2017) invadido, a cidade se torna o cenário social onde a mulher trava publicamente a sua luta (AGREST, [1993] 2008). É essencial pensar em um urbanismo contra-hegemônico, criticando os argumentos androcêntricos que limitam a cidade e colocam a mulher no centro das discussões para formar cidades mais justas.

A questão proposta é o estudo da territorialidade feminina: a conceituação deste termo e como ele define a influência da participação política e social da mulher em seu entorno. O caso tomado como referência foi a favela da Rocinha na cidade do Rio de Janeiro, no período durante e após o Programa de Aceleração do Crescimento – Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP), desde o ano 2007 até os dias de hoje.

Ao analisar a favela no Brasil é impossível deixar de fora a noção de raça já que, segundo dados do IBGE de 2010 (AGÊNCIA BRASIL, 2015), os negros formam 76% dos mais pobres do país. Ainda de acordo com o Censo 2010 percebe-se que no Rio de Janeiro as mulheres são chefes de família em mais de 50% dos domicílios situados em aglomerados subnormais. Na favela da Rocinha esse número é de 46,49% e contrasta com a renda média, que apresenta diferença de R\$200,00 a mais para os homens em relação às mulheres (COUTINHO; SOBREIRO, 2021). Não por acaso essa favela foi escolhida para análise neste trabalho. As mulheres tiveram papel imprescindível como ativistas sociais e políticas desde o início da formação do bairro. Destaca-se a luta feminina pela criação de creches e escolas além da liderança na primeira associação de moradores (União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha), comandando movimentos de benfeitorias no bairro (COUTINHO; SOBREIRO, 2021).

Os seguintes passos metodológicos foram adotados para realização desta pesquisa: em primeiro lugar, foram articulados os conceitos da literatura feminista com a compreensão de território e cidade, sempre focando na realidade da favela. Simultaneamente, foram levantados em campo e pela internet<sup>1</sup> dados sobre ONGs e coletivos em atuação na Rocinha hoje, com foco nas experiências femininas e no papel das mulheres em posições de liderança local. Em seguida, foram selecionadas quatro protagonistas para realizar entrevistas semiestruturadas, das quais duas são apresentadas neste

---

<sup>1</sup> É importante ressaltar que a pandemia da Covid-19 representa um fator limitante para uma pesquisa etnográfica em campo. Por isso, o acompanhamento das discussões via redes sociais das ONGs e coletivos, lives e entrevistas foram realizadas de maneira remota, assim como parte das entrevistas com as lideranças comunitárias.

artigo. Este artigo<sup>2</sup> se organiza em três seções, além desta introdução e das considerações finais, a primeira apresenta a abordagem da teoria feminista, principalmente a partir de bell hooks. A segunda introduz, a partir dos conceitos de território e territorialidade, a ideia da territorialidade feminina – esta seção explora como a atuação da mulher modifica o território, focando na importância de aproximar a figura da mulher de práticas sociais que estruturam o espaço urbano. Na terceira seção são apresentadas as protagonistas deste estudo que, ao compartilhar suas histórias, demonstram o poder configurador de território da mulher favelada.

## 2 As bases da Teoria Feminista

O aporte teórico-metodológico utilizado nesta pesquisa foi uma conjunção entre o pensamento feminista negro e a interseccionalidade, que guiaram a discussão das múltiplas exclusões que sofrem as mulheres faveladas. Além disso, duas categorias de análise orientaram a escolha das protagonistas: as práticas sociopolíticas de resistência e a participação comunitária. Sobre a análise das práticas sociopolíticas de resistência feminina nos processos políticos dentro da favela, destacam-se as mulheres em posições de liderança nos coletivos e ONGs da Rocinha. Já os processos de participação comunitária são aqueles em que as moradoras da favela se organizam para suprir a ausência do governo dentro do território. São os mecanismos de defesa e organização usados para, apesar dos riscos e vulnerabilidade social aos quais estão submetidos os corpos favelados, criar um ambiente em que se possa viver e prosperar.

As primeiras ondas do movimento feminista estiveram intimamente atreladas a uma visão universalizante de mulher, que só dava espaço para mulheres brancas enquanto alienava outras raças. Segundo Sueli Carneiro, “a consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica” ([2003] 2019, p. 273). No entanto, é importante ressaltar que as feministas negras já faziam parte do movimento e já enxergavam sua luta também sob o prisma do racismo desde a primeira onda. O *black feminism* (feminismo negro), um movimento contra-hegemônico em sua essência, surge com as filósofas estadunidenses no contexto da segunda onda do feminismo. Foi uma resposta a uma prática feminista que estava focada em uma mudança apenas no âmbito pessoal. Ativistas do movimento negro como Audre Lorde e Angela Davis participaram da produção do pensamento que buscava encorajar mulheres a desenvolver uma compreensão abrangente da realidade política feminina. As feministas negras americanas criticaram o modelo teórico que ignorava que patriarcado, racismo e luta de classes estavam entrelaçados em um mesmo sistema opressor. A partir desse pensamento ganhou destaque a importância de se criar paradigmas políticos que enfatizassem uma transformação coletiva que fosse estendida além da individual (HOOKS, 1995; 2019a; 2019b).

Para além do feminismo negro, a ideia de interseccionalidade, sistematizada pela norte-americana Kimberlé Crenshaw, também surge como metodologia que discute as causas e efeitos da sobreposição de discriminações para com as mulheres negras. À luz dos conceitos da superinclusão e subinclusão, Crenshaw mostra como se torna perigosa a invisibilidade interseccional quando tanto a perspectiva de gênero, quanto a leitura de raça sozinha não são suficientes para discutir certas situações discriminatórias (ASSIS, 2019). A superinclusão se enquadra como a situação na qual o marcador de gênero é visto como o único possível para interpretar a condição feminina, deixando de lado outros marcadores sociais. Já a subinclusão ocorre quando algumas mulheres têm suas questões invisibilizadas por não serem problemáticas relativas ao grupo hegemônico (CRENSHAW, 2002 apud ASSIS, 2019). Assim, a ideia de interseccionalidade se soma ao entendimento de feminismo. É importante olhar não apenas para as questões de gênero, mas para múltiplos fatores de exclusão, como raça e classe social, na intenção de se construir estratégias de enfrentamento para a discriminação ostensiva das cidades.

Erguer a voz (do original *Talking Back*), da autora feminista negra bell hooks (1989), surge como título do livro que reúne uma série de ensaios que discutem a posição feminina dentro de uma sociedade que insiste em calar as mulheres. A expressão em português falha em demonstrar o aspecto desafiador do termo escolhido por hooks: o *phrasal verb*<sup>3</sup> “*talk back*” sugere uma quebra de hierarquia, uma provocação de alguém que sabe não ter permissão para demonstrar sua

<sup>2</sup> Este artigo tem por objetivo apresentar resultados obtidos na elaboração da dissertação de mestrado intitulada “Mulheres em movimento: territorialidade, participação comunitária e práticas de resistência na Favela da Rocinha, na cidade do Rio de Janeiro (2007-2021)”.

<sup>3</sup> Os *phrasal verbs*, recurso linguístico muito utilizado na língua inglesa, não têm tradução literal para o português. São formados por um verbo acrescido, em geral, de uma preposição, advérbio ou palavra de outra classe gramatical.

opinião a uma autoridade, mas que o faz a despeito de qualquer punição. Com sua narrativa que mais parece uma conversa, hooks tece sua argumentação deixando clara a intenção de desnaturalizar regimes de poder e convocar uma autorreflexão no leitor, em relação à participação de cada indivíduo na luta coletiva contra o sistema. Embora os estudos de bell hooks sejam sempre pessoais, permeados pelas histórias de sua própria trajetória, a autora usa o conceito de erguer a voz como uma metáfora para um ser que se transforma de objeto para sujeito. Nosso ser reside nas palavras, se efetiva na linguagem e na comunicação. O sujeito se autodefine, impondo limites para afirmar sua própria existência por meio da voz (HOOKS, 1995). As mulheres das favelas cariocas aprendem a se comunicar pelo mesmo caminho que bell hooks percorreu ao longo de sua vida: reconhecendo o poder que vem da fala, de se colocar na sociedade e de ousar discordar e gritar por seus direitos. O poder de se descobrir politicamente e buscar ativamente por justiça.

Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento (HOOKS, 2019a, p. 39).

### **3 Território, territorialidade, territorialidade feminina**

(...) se o território é construído na luta, no embate diante de uma ameaça – que, no extremo, é a ameaça à própria existência, frente à qual é preciso resistir – ele também é construído na luta por manter, por preservar a vida que se tem (HAESBAERT, 2020, p. 87).

Para o geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert, falar de território está sempre ligado à noção de poder. Essa noção pode se dar em um sentido mais explícito, de dominação e do poder político, ou implícito, de apropriação do espaço. A problemática territorial está intimamente associada à produção do espaço, às nuances de um território que se configura em torno dessas relações de poder. Em relação à territorialidade, Haesbaert (2020) ressalta que esse conceito vai além da dimensão simbólico-cultural de um território, além de seu espaço físico. O autor apresenta também uma dimensão imaterial que é carregada por diferentes gerações de um grupo de pessoas e deixa marcas na sua civilização.

Na sociedade ocidental o sistema (patriarcal capitalista e imperialista de supremacia branca) tem a capacidade de reprimir certos corpos dentro da cidade, ainda mais quando se coloca o fator de raça, classe, orientação sexual e outras características formadoras de minorias políticas. A resistência feminina levada ao nível político se revela em figuras que não se recolhem diante dos problemas socioeconômicos da favela, erguendo suas vozes para criticar a maior das violências contra o corpo-território (CRUZ HERNÁNDEZ, 2017) favelado: o projeto de ausência do Estado, de forma deliberada e planejada pelas elites políticas. Existe uma dimensão imaterial do território que é criada e modificada pela rede de mulheres de favela. O sentimento de pertencer é somado ao senso de dever político para com este lugar ao qual se pertence. É a identidade unida ao território, mas que não se limita a ele; a identidade que se carrega consigo – para o bem e para o mal – e que dita a luta diária da mulher contra o sistema. A territorialidade feminina é a camada de cuidado, resistência e comunidade que envolve o território.

### **4 O poder configurador de território da mulher de favela**

As protagonistas que fazem parte desta pesquisa, embora cada uma à sua maneira, carregam em si a identidade de muitas outras mulheres da Rocinha: mulheres de favela que vivem subalternizadas pelo sistema que não garante seus direitos. Nossas protagonistas são sujeitos políticos, ainda que algumas não se percebam dessa maneira. A vida de cada uma delas está entrelaçada com lutas históricas e uma vontade permanente de reconfigurar o seu território, uma inquietude de mudança que transforma a realidade injusta do cotidiano da favela. Nessa realidade, pensar um urbanismo contra hegemônico não é apenas uma escolha, mas uma demonstração de resistência.

#### **4.1 Michele, a comunicadora**

Michele Silva chegou à Rocinha com apenas três (3) anos de idade, e lá morou até 2020. Desde pequena, frequentou a rádio da comunidade, primeiro apenas observando os radialistas e em seguida fazendo anúncios de empregos, cursos e

outras oportunidades que julgava interessantes para os moradores da favela. Assim descobriu não só seu amor pela comunicação, mas também a vontade de contar histórias que constroem a identidade da Rocinha. Junto com seus dois irmãos fundou o Jornal Fala Roça e, a partir de um prêmio em dinheiro que receberam da Agência de Redes para Juventude, conseguiram distribuir a primeira edição impressa para os moradores da Rocinha – o jornal passou a ser bimestral e todos que faziam o conteúdo eram voluntários, se reunindo aos sábados para escolher notícias e escrevê-las. Hoje já deixaram de ser um coletivo e passaram a ser uma associação de informação, com cinco funcionários assalariados e uma rede de fotógrafos, designers e outros profissionais independentes. A linha editorial, desde o início, gira em torno da memória: as histórias publicadas são atemporais. São focadas em construir a identidade das pessoas faveladas e trazer representatividade, para que os moradores da Rocinha enxerguem a si mesmos de maneira diferente. A ideia do Fala Roça é contar as histórias que formam as pessoas.

A gente não precisa reportar a violência, que passa no ‘Cidade Alerta’, porque tudo que acontece de violento lá dentro, chegam jornalistas de colete à prova de bala pra falar sobre (SILVA, 2022. Informação verbal).

Os editores procuram não reportar histórias de violência, porque estas já lotam os jornais da mídia tradicional e fortalecem o estigma em torno da favela. Michele ressalta que:

[...] a mulher que te criou, as coisas que formaram seu caráter quando você era criança, é isso que vai formar a sua identidade. (SILVA, 2022. Informação verbal).

A linha editorial do Jornal Fala Roça, escolhida não por acaso ou despreziosamente por Michele e seus companheiros de fundação, exemplifica a importância das políticas de reconhecimento cultural-valorativo das diferenças propostas por Nancy Fraser (2006). As injustiças culturais – muito embora na Rocinha seja difícil separar o que seria uma injustiça sociocultural do que se radica na estrutura econômico-política – reforçam a reputação ruim do morador de favela não apenas na cidade formal, mas podem enfraquecer a autoestima dos próprios favelados. A falta de representatividade na grande mídia afeta a imagem que muitos moradores da favela têm de si mesmos e a capacidade de enxergar um futuro diferente. As mulheres em especial, sob a sombra do machismo, se vêem reduzidas à única escolha de cuidar da família, sem jamais conhecer a sua potência política.

[Muitas vezes] as pessoas em volta tinham autoestima muito baixa, não se achavam capazes de fazer muito mais (SILVA, 2022. Informação verbal).

A política de manutenção da miséria que com frequência faz parte do planejamento do Estado é reflexo de uma sociedade calcada no sistema capitalista da produção do espaço urbano. Nos anos de 2020 e 2021, durante a pandemia da Covid-19, o Jornal Fala Roça atuou junto ao coletivo A Rocinha Resiste na distribuição de cestas básicas, itens de primeira necessidade, máscaras e álcool em gel para famílias da Rocinha. Segundo o jornal, 76% das pessoas atendidas pelas doações foram mulheres chefes de família com mais de um filho e sem renda (FALA ROÇA, 2020). A categoria das trabalhadoras domésticas teve um impacto especialmente forte quando mensalistas e diaristas foram dispensadas sem remuneração. Um comentário de Michele para o Jornal ressalta a importância das doações na vida dessas mulheres:

O que seria da favela se não fossem os movimentos comunitários para tentar reduzir os danos causados? E, não só pela pandemia, mas também pelos problemas que se desenvolvem quando o poder público não faz o seu trabalho? (FALA ROÇA, 2020, s. p.).

Com sua infância envolta em mobilização comunitária e a vontade latente de disseminar as notícias da favela, Michele é um exemplo de mulher que faz uma prática sociopolítica de resistência. Em seu papel como comunicadora, ela é parte ativa da reconfiguração do território quando leva o poder da informação até as pessoas. A informação é uma ferramenta de mudança importantíssima na luta pelos direitos, e o acesso mais democrático desta colabora não apenas com o reconhecimento dos problemas da comunidade, mas também com a formação da identidade do território e sentimento de pertença a ele.

## 4.2 A baiana Cecília

Depois de 22 anos de Rocinha, Cecília Lagos (nome fictício) decidiu se mudar. Não porque não gostava do bairro, mas por um problema de saúde nos joelhos que dificultava a subir e descer o morro.

Ainda acho que existe solidariedade na Rocinha, não foi isso que me fez deixar, sempre que eu puder ajudar vou estar lá presente. Tá surgindo uma nova onda de mulheres, que gostam de ajudar, ajudam uma à outra (LAGOS, 2022. Informação verbal).

Em 1989 chegou à Rocinha com o marido, uma filha e o sonho de conseguir comprar sua casa. Aos poucos comprou e reformou seu barraco na Vila Verde, onde morou até sair da Rocinha. A vida de trabalho comunitário começou quando conheceu a ASPA – Ação Social Padre Anchieta e ali conseguiu não só um emprego como tesoureira, mas também estudo para sua filha e uma comunidade de mulheres que tinham vontade de se ajudar. O primeiro grupo que participou se chamava Grupo de Mulheres Solidárias e começou com um projeto que reunia as mulheres para discutir assuntos do dia a dia delas, inicialmente sobre os direitos das empregadas domésticas. Muitas das participantes eram mães que precisavam trabalhar, então conseguiram uma pequena verba através da ASPA para colocar uma pessoa cuidando das crianças, enquanto as reuniões aconteciam à noite. Erguer a voz é um ato aliado à coragem e muitas vezes uma mulher faz o papel de criar um espaço confortável para que outra possa encontrar sua própria voz.

Existem muitos grupos femininos de discussões hoje em dia, mas nossos assuntos tinham que surgir das mulheres da favela. Convidamos pessoas pra falar sobre os assuntos, acabamos chegando na violência doméstica e vimos que tinha que trazer especialista nessa temática. Uma vez levamos um grupo para falar sobre sexualidade, e uma mulher conseguiu até se abrir sobre sua experiência com aborto. Quando tinha verba, levávamos as mulheres pro teatro, piquenique. Sinto falta desse trabalho (LAGOS, 2022. Informação verbal).

Os trabalhos continuaram junto à ASPA com aulas de corte e costura, que deram uma nova capacidade a mulheres antes desempregadas. A venda dos produtos em feiras tinha os lucros revertidos para as próprias costureiras e assim se tornaram fonte de renda. Alguns anos depois, Cecília foi dispensada do cargo de tesoureira. Sentiu a necessidade de retomar seus estudos para conseguir um novo emprego.

Me sentia inferior às pessoas por não saber as coisas. Voltei a estudar, terminei o ensino fundamental no supletivo, e depois parti para o ensino médio. Consegui me formar na faculdade, em Serviço Social pela PUC. No dia da minha formatura, um amigo me falou para levar o currículo no escritório do PAC, porque as obras iam começar. Aí eu levei, o não eu já tinha. Aí logo fui aceita (LAGOS, 2022. Informação verbal).

Seu trabalho no PAC foi na função de realocação de famílias para dar lugar às obras. Ela diz que não era um trabalho bonito pois a dificuldade de ver pessoas tendo de deixar suas casas era grande, mas sabia que se desse seu melhor conseguiria ajudar muitas pessoas. Sua relação com o território da Rocinha resultou em um livro discutindo a participação das mulheres na construção do espaço em favelas. Junto a uma museóloga, apresentou em um edital do Ministério da Cultura a proposta de fazer um estudo sobre mulheres de favela na Rocinha e no Horto, no Rio de Janeiro. O projeto foi premiado e recebeu uma verba, que foi usada na pesquisa e produção do livro. Cecília ressalta que, ao escrever sobre a história da Rocinha, queria exaltar mulheres que nem sempre estão na mídia, figuras dos bastidores que são igualmente importantes na formação do território. Buscou mostrar que a representatividade é importantíssima no meio acadêmico e que ajudar a dar voz a mulheres comuns faz com que elas se sintam parte do eixo de mudança. O trabalho de Cecília demonstra a participação comunitária e evidencia um dos mecanismos de defesa e organização usados pelas mulheres de favela para mudar o território através da ajuda mútua e trabalho ativo na comunidade.

## 4.3 Mulher de favela, mulher da Rocinha

Durante as entrevistas, a intenção foi obter as histórias pessoais de luta através do testemunho das protagonistas e embora não tenha sido realizado um questionário estruturado, a seguinte pergunta foi feita a cada uma delas: O que significa ser

mulher no território da favela? A partir dessa pergunta, as protagonistas fizeram reflexões distintas, mas que de maneira conjunta passaram pela ideia do corpo-território feminino e das invasões que sofrem sendo mulheres faveladas. O pertencimento ao território de favela está relacionado à cultura, ao modo de vida das mulheres que ocupam um lugar de segregação perante outros espaços da cidade. Michele relata que a imagem que os outros tinham dela podia mudar dependendo de onde estava:

Passei por uma coisa complexa: quando era mais nova eu era muito da leitura, gostava muito de ler, de estudar. Lá [na favela] tem muitas pessoas que não se identificavam muito com essa postura. Ganhei uma bolsa numa escola particular, e lá eu era a favelada, enquanto na favela eu era a patricinha (SILVA, 2022. Informação verbal).

No caso das mulheres, o não-pertencimento também pode deixar marcas na maneira como elas se percebem e em sua experiência em um território específico. O direito de ir e vir é muitas vezes reprimido pelo desrespeito (tanto da população quanto do Estado) em relação ao morador da favela. A pressão social que as mulheres sofrem pela dupla ou tripla jornada de trabalho é ainda mais intensa em um território onde se carrega o fardo de ser meio cidadã. Cecília conta de uma ocasião em que sentiu na pele o estigma de ser moradora da favela, somado ao peso da sociedade patriarcal:

Trabalhava numa empresa de engenharia e fomos chamados para fazer um levantamento na Região Serrana. O diretor falou que levaria as pessoas de carro, uma funcionária morava no Leblon, a outra em Ipanema. Falei que morava na Rocinha. A partir daquele dia ele começou a me tratar completamente diferente, me passar menos trabalho, porque se sou mulher de favela, sou um pouco menos inteligente (LAGOS, 2022. Informação verbal).

Muitas vezes, os moradores da favela não conhecem seus direitos por terem sido expostos aos fatores de exclusão social durante muito tempo. A negação do direito à cidade e a fragilidade do direito da favela colocam principalmente as mulheres faveladas em situações de desigualdade de renda, habitação, educação, trabalho, saúde e segurança. Michele comenta sobre a importância de tomar consciência de seus direitos em sua ação para a modificar seu território:

Acho que quando era pequena eu tinha a benção da ignorância. Quando você não sabe muito dos seus direitos... por muito tempo eu não sabia nada sobre machismo. Ficava muito nas redes sociais e quando entrava em discussões os xingamentos eram sempre relacionados ao gênero, tipo marmitta de bandido. Quando comecei a ter acesso ao que era direito, as questões do que era viver na favela, já era adulta. O que fiz antes, foi muito mais intuitivo do que com a noção dos direitos que estava perdendo (SILVA, 2022. Informação verbal).

A violência machista passa por várias nuances, desde a mudança de tratamento no ambiente de trabalho, até a violência física. Desde 2006, o Instituto de Segurança Pública (ISP) vem catalogando dados da violência contra a mulher no Estado do Rio de Janeiro, que são disponibilizados todo o ano no Dossiê Mulher. Nesse estado, é preocupante o número de casos de violência doméstica. Os dados mais recentes são do ano de 2019 e mostram que 75,2% das vítimas tinham pessoas conhecidas como seus agressores (DOSSIÊ MULHER, 2019). Mais da metade das 128.322 vítimas em 2019 foram mulheres negras entre 30 e 59 anos. Para a área da favela da Rocinha, estão disponíveis dados desde o ano de 2014, que mostram um número de 2.647 de casos de vítimas de violência (entre os anos de 2014 e 2019), mais da metade destas mulheres foram agredidas por conhecidos, dentro de sua residência.

Michele comenta sobre a violência na Rocinha, destacando que a agressividade algumas vezes vinha da própria polícia.

A polícia me parava dentro da Rocinha pra me revistar. Eu pensava: por que eles podem mexer nas minhas coisas? Aí eu questionava e gerava tumulto. Comecei a não querer andar mais sozinha, como uma autocensura. Abri mão de coisas que na época me fizeram falta por causa disso [violência] (SILVA, 2022, Informação verbal).

Sobre a violência do tráfico, algumas das entrevistadas manifestaram tristeza por ver tantas crianças envolvidas e comentam a dificuldade de criar filhos com a exposição ao crime:

Fomos [Michele e os irmãos] criados soltos, mas sempre com a proteção atenta dos nossos pais. A preocupação com os meninos era se vai virar bandido, mas com as meninas era se vai virar mãe na adolescência (SILVA, 2022, Informação verbal).

Hoje em dia tem uma mudança no tráfico. Hoje é uma indústria, os trabalhadores são transferidos de um lugar para o outro. Não é mais o traficante que conhecia todos os moradores [da Rocinha]. Ficou mais perigoso. (...) Criei meus filhos na Rocinha, tinha preocupação das minhas meninas não se envolverem com traficantes. Eu era carrasca [ela ri]! Vigilância constante. As minhas filhas aprontavam, eu acabava sabendo. Um dia falaram: vi sua filha lá no Beco do Rato. Era pra ela estar na escola, liguei correndo pra escola pra ver o que estava acontecendo! (LAGOS, 2022. Informação verbal).

Durante a pandemia da Covid-19, em 2020, foi necessária atenção redobrada dos gestores para as mudanças na dinâmica da saúde pública, mas também para as questões sociais. O isolamento social foi decretado pelo governo do estado do Rio de Janeiro como medida preventiva para o espalhamento da doença no dia 13 de março de 2020. O ISP começou a monitorar e analisar os dados da violência doméstica e familiar contra a mulher no período de isolamento social, com a intenção de fornecer informações e dados qualificados para o enfrentamento e prevenção da violência e para a proteção das vítimas. Segundo o ISP, nesse período do isolamento social (13 de março a 31 de dezembro de 2020), houve queda em relação ao mesmo período de 2019 nos registros de ocorrências da Polícia Civil. O número de ligações para o Disque Denúncia sobre violência contra a mulher também diminuiu em 20,3%. O que significa então ser mulher no território da favela? A pergunta não tem uma resposta única, mas diversas possibilidades que se complementam, garantindo que a marca feminina no território seja uma que engloba coletividade e resistência. Ser mulher de favela é enfrentar a violência, mas também se sentir segura no lugar onde mora. Pode parecer contraditório, no entanto são as fibras que compõem o tecido de um território complexo e sistematicamente deixado de lado pelo resto da cidade. Na favela é possível pertencer, mas temer pela segurança: da saúde, da fome, do abuso sexual, enfim, do corpo-território.

Segundo Cecília, ser mulher de favela é “matar um leão por dia”. A pressão social enfrentada para trabalhar e cuidar da família, junto à violência, o peso dos direitos frágeis e o desdém do Estado se tornam uma tarefa homérica, mas que estas mulheres desempenham com firmeza. Mesmo com um cotidiano brutal e difícil, elas erguem suas vozes para denunciar os preconceitos que as privam de desfrutar de sua cidadania. Ser mulher na favela é contar com uma rede de ação comunitária, de pessoas com vontade de ajudar a mudar sua comunidade, sem deixar de lado a identidade do território. A participação comunitária conta com pesado apoio, não só das protagonistas deste trabalho, mas de outras tantas mulheres que buscam conhecer e lutar por seus direitos incansavelmente, na Rocinha e em outros assentamentos do Rio de Janeiro. A territorialidade feminina se efetiva nas marcas e na mudança deixadas pelas mulheres na favela.

## **5 Considerações finais**

Este trabalho buscou responder aos seguintes questionamentos: a mulher moradora de favela tem capacidade de reconfigurar o território de forma a melhorar a vida e o cotidiano do lugar onde vive e atua socialmente? Quais as formas como se dá essa influência, e como a violência, a ausência do Estado e as marcas da sociedade patriarcal a delimitam? A dimensão imaterial do território criada e modificada pelas mulheres da favela está intimamente conectada com o sentimento de pertencer e lutar pelo direito da favela. A territorialidade feminina é a identidade unida ao território em uma relação de resistência e comunidade que caracteriza a luta diária da mulher contra o sistema. O trabalho destas mulheres no território da Rocinha deixa ainda mais em evidência a necessidade de um urbanismo que leve em conta as especificidades de gênero, fortalecendo uma corrente contra a hegemonia do pensamento patriarcal que rege as cidades contemporâneas. As marcas da participação comunitária deixadas pelas mulheres tornam a favela um lugar carregado de coletividade, pertencimento e identidade. Segundo bell hooks, o feminismo negro e das minorias tem íntima associação com essa coletividade, que tem poder de reconfigurar o território. “Ao sugerir que a luta feminista pode começar de qualquer lugar onde a mulher esteja, instituímos um movimento que foca em nossa experiência coletiva e que conta sempre com apoio de massa” (HOOKS, 2019b, p. 60).

Territorialidade feminina é o sentimento que a mulher de favela imprime no território de que a favela é prosperidade e conhecimento, além de todas as características negativas que se insiste em veicular na grande mídia. Com o cuidado de



não romantizar a favela, observar a territorialidade feminina é notar as nuances da presença de uma mulher que prospera e resiste além, que se enxerga como eixo de mudança no meio da ausência, às vezes enfraquecendo, mas jamais desistindo.

### Agradecimentos

Esse artigo resulta de pesquisa de mestrado, cuja dissertação foi defendida em abril de 2022. A autora expressa seus agradecimentos à CAPES e à PUC-Rio, que apoiaram a pesquisa por meio de seus programas de bolsa.

### Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Negros aumentam participação entre os mais ricos no Brasil**. 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-12/negros-aumentam-participacao-entre-os-1-mais-ricos-no-brasil>.

Acesso em: 28 jul. 2020.

AGREST, D. À margem da arquitetura: corpo, lógica e sexo. 1993. In: NESBITT, K. (org). **Uma nova agenda para a arquitetura**: Antologia teórica (1965-1995). São Paulo, Cosac Naify, p. 584-598, 2008.

ASSIS, D. N. C. de. **Interseccionalidades. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências**. Superintendência de Educação a Distância da Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA, 2019.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. 2003. In: HOLLANDA, H. B. de. (org.) **Pensamento Feminista Brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 271-289.

COUTINHO, M. S. R.; SOBREIRO, F. C. e.. **O Papel das Mulheres nas Ações Solidárias na Favela da Rocinha, Rio de Janeiro em Tempos de Pandemia**. Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 63-77, 2021. DOI: 10.5935/cadernospos.v21n1p63-77.

CRUZ HERNÁNDEZ, D. T. **Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos**. Solar, vol. 12, n. 1, p.35-46, 2017.

DOSSIÊ MULHER 2019. **Instituto de Segurança Pública**. Disponível em: <https://www.ispvisualizacao.rj.gov.br:4434/Mulher.html>. Acesso em: 27 ago. 2020.

FALA ROÇA. **Mulheres sem renda são as mais afetadas pela pandemia na Rocinha**. 2020. Disponível em: <https://falaroca.com/mulheres-afetadas-pandemia-rocinha/>. Acesso em: 23 dez. 2021.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era 'pós-socialista'. **Revista dos Alunos de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP**. n.15. p.231-239, 2006.

HAESBAERT, R. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **Revista GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v.22, n.48, 2020, p.76-90.

HOOKS, B. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. 1.ed. São Paulo: Elefante, 2019a.

HOOKS, B. **Intelectuais negras**. Estudos Feministas. Florianópolis ano 3 n.2, p. 464-478, 1995.

HOOKS, B. **Talking Back**: Thinking Feminist, Thinking Black. Sheba: London, 1989.

HOOKS, B. **Teoria Feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019b.

IBGE. **Censo Demográfico**. Brasil, 2010.

LAGOS, C. Cecília Lagos: depoimento [jan. 2022]. Entrevistadora: Fernanda Sobreiro e Cruz. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2022. Entrevista concedida para pesquisa sobre territorialidade feminina.

SILVA, M. Michele Silva: depoimento [jan. 2022]. Entrevistadora: Fernanda Sobreiro e Cruz. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2022. Entrevista concedida para pesquisa sobre territorialidade feminina.